

Vida após a aposentadoria

Esperada com ansiedade por muitos e adiada por outros pelo tempo que for possível, a aposentadoria é um momento que, inevitavelmente, chega para todo trabalhador. Para enfrentar essa fase da vida sem angústias e com disposição, é preciso planejamento. O tempo livre pode ser usado na descoberta de novos interesses, na retomada de *hobbies* e na realização de sonhos adiados. (Páginas 4 e 5)

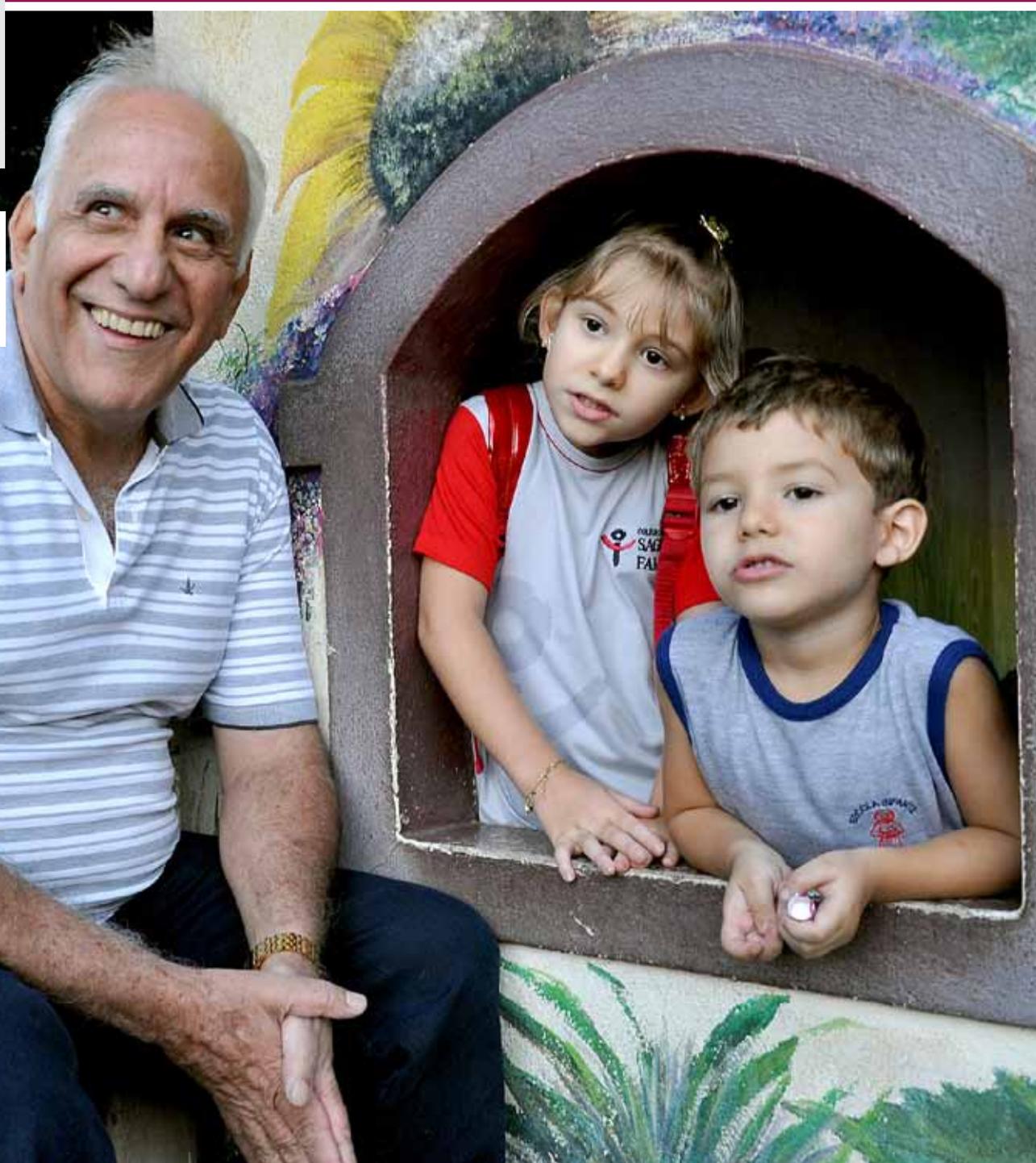
Corregedoria

Encoge discute experiências e desafios das corregedorias brasileiras (Página 8)

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - ABRIL - 2013
ANO 19 - NÚMERO 181

Marcelo Albert



Quando chega a hora de parar

Recentemente, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), anunciou a proximidade de sua aposentadoria. Ao abordar o assunto, o magistrado disse que passou a acolher a ideia com naturalidade, mas confessou que, por muito tempo, repeliu-a. Celso de Mello revelou que vem amadurecendo a decisão e afirmou que não quer falar em prazos, já que o processo de se aposentar está "em andamento". Para definir a data exata, o magistrado disse que, primeiro, precisa definir o que fará ao sair do Supremo. "Hesito em levar a cabo logo a decisão porque não saberia ficar parado", resumiu.

Encarar a aposentadoria não é tarefa apenas para o ministro. Esse mo-

mento da vida chega para todo trabalhador e exige adaptações à rotina. A decisão de Celso de Mello – de se preparar para essa fase – é sábia. Segundo a psicóloga e consultora Lucia França, entrevistada para a matéria de capa desta edição, o trabalho ocupa grande parte do tempo de um adulto, por isso pode ser difícil redistribuir esse tempo quando o expediente de trabalho não é mais uma exigência e a mudança não foi planejada ao longo dos meses e anos.

As pessoas ouvidas na matéria contam suas experiências e revelam a prazerosa descoberta de poder gastar (ou investir) o tempo curtindo a família, se dedicando a um *hobby*, viajando,

trabalhando em outra carreira. As possibilidades são infinitas. O mais importante, como diz a psicóloga, é ter miniprojetos que apontem ou contribuam para um projeto maior, vinculado à felicidade.

Nesta edição, confira também matérias sobre a posse de 98 juízes, sobre o uso de tornozeleiras eletrônicas para coibir a violência doméstica e sobre o 62º Encoge – Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais de Justiça. A entrevistada de abril é a juíza auxiliar da Presidência do TJMG Flávia de Vasconcellos Lanari.

Boa leitura!

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

1º Vice-Presidente:

Desembargador Almeida Melo

2º Vice-Presidente:

Desembargador José Antonino Baía Borges

3º Vice-Presidente:

Desembargador Manuel Saramago

Corregedor-Geral:

Desembargador Audebert Delage

Expediente

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna

Gerente de Imprensa:

Wilson Menezes

Coordenadora de Imprensa:

Letícia Lima

Editoras:

Francis Rose e Patrícia Mellillo

Revisora:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint

Editora Gráfica Ltda.

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

TJ tem novo desembargador

O advogado Luís Carlos Balbino Gambogi tomou posse como desembargador do TJMG em 18 de março, em solenidade na Unidade Raja Gabaglia. Comandada pelo presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, a posse, bastante prestigiada, foi acompanhada pelo Tribunal Pleno, por ex-desembargadores, operadores do direito, parlamentares, prefeitos, magistrados e servidores da Justiça, além de familiares do empossado. Luís Carlos Balbino atua na 5ª Câmara Cível, ocupando vaga destinada ao quinto constitucional.



Marcelo Albert

Tribunal mineiro passa a contar com mais 98 juízes

Marcos Xavier

A Justiça estadual passou a contar neste mês com mais 98 juízes, que tomaram posse em 5 de abril. Eles foram aprovados no último concurso realizado pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). A chegada dos novos magistrados vai aprimorar a prestação jurisdicional no Estado e contribuir para a maior celeridade no julgamento de processos.

"Poucas vezes, na história do Judiciário, ocorreu o ingresso de um número tão elevado de magistrados de uma só vez. Isso mostra o esforço do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em atender à sociedade. Um número maior de juízes, com certeza, vai significar mais decisões, mais agilidade e justiça mais acessível ao cidadão", afirmou o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues.

De acordo com o 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador José Antonino Baía Borges,

"as vagas aumentam continuamente, devido principalmente a aposentadorias e à criação de novas varas". Ele informa que, em outubro de 2011, quando foi publicado o edital, havia apenas 14 vagas, que aumentaram para 98 na data da realização das provas orais, última etapa do concurso. Segundo o desembargador, já está em elaboração o edital para um novo concurso.

Perfil

Dados fornecidos pela Ejef mostram que 4.318 candidatos se inscreveram no concurso e apenas 113 disputaram a última etapa de avaliação. Dos 98 aprovados, 59 são homens; e 39, mulheres. Eles vêm de várias partes do Brasil e as idades variam entre 27 e 41 anos. Além dos 43 mineiros (19 belo-horizontinos e 24 do interior), 55 vêm de 18 outros Estados, a maioria de São Paulo (25). Da região Sudeste, há ainda 6 do

Rio de Janeiro e 1 do Espírito Santo. Do Nordeste há 9; do Centro-Oeste, 7; do Sul, 5; e do Norte, 2.

“As vagas aumentam continuamente, devido principalmente a aposentadorias e à criação de novas varas”

Um dos magistrados que veio de longe é Márcio Bessa Nunes. Ele é de Fortaleza e formou-se pela Universidade Federal do Ceará. "O Tribunal de Justiça mineiro é referência nacional de qualidade e eficiência", elogia o novo juiz, que já atuou como advogado e professor universitário. Ele tem outro grande incentivo para trabalhar e morar em Minas Gerais: é casado com uma belo-horizontina.

Márcio destaca ainda a hospitalidade do povo mineiro.

Considerando o grande número de candidatos de outros Estados, ele diz acreditar que a diversidade cultural dos novos magistrados irá contribuir para o enriquecimento do Judiciário mineiro.

Prata da casa

Há magistrados que vêm dos quadros do próprio TJMG. É o caso de Ademir Bernardes de Araújo Filho, que era oficial de apoio judicial em Poços de Caldas. Ele vê sua posse no cargo de juiz como a realização de um sonho pelo qual sempre lutou e considera a profissão de magistrado muito importante para a sociedade: "O juiz é um agente de transformação social". Ademir diz também ser grato pela sua experiência como servidor, que lhe propiciou ampliar conhecimentos e acompanhar o dia a dia do fórum, sempre em contato direto com a população.



Marcelo Albert

A chegada dos 98 novos magistrados vai aprimorar a prestação jurisdicional no Estado e contribuir para a celeridade no julgamento de processos e para a resposta às demandas dos cidadãos

Tempo para descobrir novos interesses

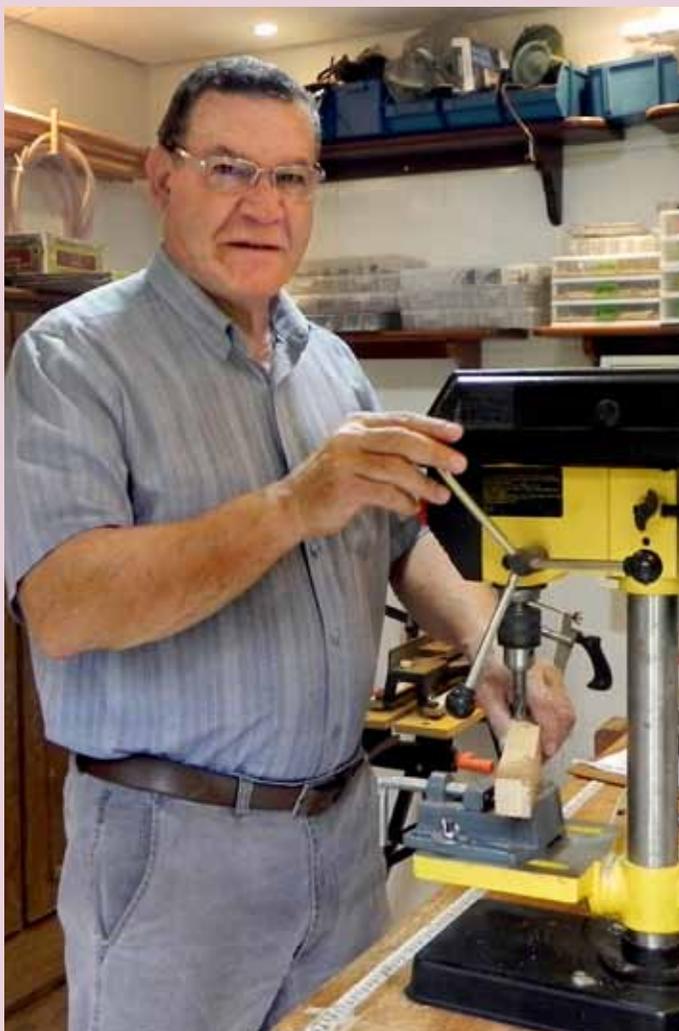
Daniele Hostalácio

Entre fios de eletricidade, madeira e ferramentas, em uma oficina na pacata Itabirito, a 55 km de Belo Horizonte, o desembargador José Antônio Braga passa boa parte dos seus dias. A rotina, que provocou uma mudança brutal no dia a dia do magistrado, foi inaugurada há um ano, quando ele se aposentou. Antes, as jornadas de trabalho se prolongavam por 12 horas, em meio à redação de acórdãos e às pilhas de processos. Agora, suas mãos talham madeira e dela surgem suportes para vinhos ou um projeto de iluminação para a casa de amigos.

Trabalhando desde os 11 anos, o desembargador, quando se viu prestes a se aposentar, cultivou uma certeza: precisaria se preparar para aquele momento. “Um ano antes, comecei a pensar na perspectiva de me dedicar a atividades num campo totalmente diverso. Não queria mais seguir no direito”, diz. Foi aí que, olhando para dentro de si, deparou-se com alguns sonhos adormecidos: um deles, o de poder se dedicar à marcenaria, à mecânica e à eletrônica, interesses para os quais nunca tivera tempo.

Os sonhos foram sendo recuperados enquanto o desembargador construía uma oficina para concretizar os planos. Comprou ferramentas, equipamentos diversos e toda a indumentária. Aposentou-se e, então, passou a se dedicar aos novos ofícios. A mudança descortinou para ele um novo mundo, em especial pelo fato de ter voltado às origens, já que nasceu em Itabirito e voltou a morar ali. “Lá vivem meus irmãos, minha mãe, meus sobrinhos. Lá, não sou desembargador, sou o Zezinho”, brinca.

“O indivíduo deve ter em mente que o tempo disponível que lhe aguarda pode ser utilizado para o desenvolvimento pleno de seus interesses e potencialidades”

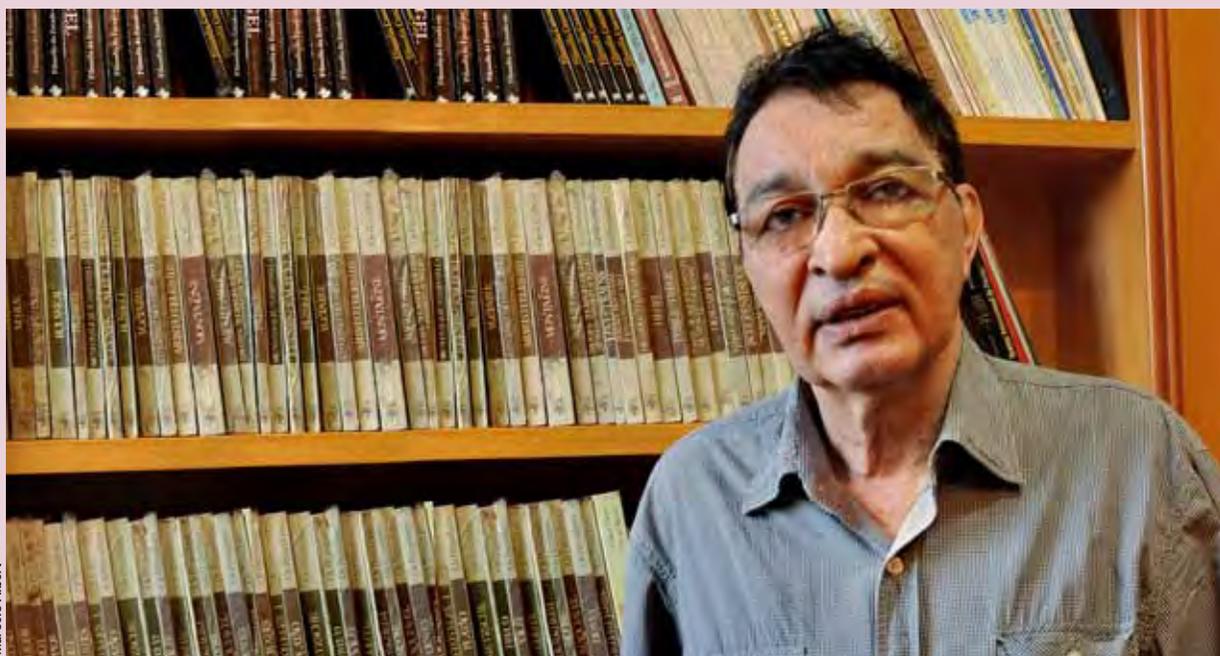


Thaísa Braga

Com a aposentadoria, há um ano, o desembargador José Antônio Braga resgatou o sonho antigo de se dedicar à marcenaria, à eletrônica e à mecânica

Planejamento

Intuitivamente, o desembargador Braga teve a sábia decisão de planejar a aposentadoria. “Na vida adulta, é o trabalho que ocupa o maior tempo nas nossas vidas. Quando nos aposentamos, alguém nos diz que precisamos redistribuir nosso tempo. Mas como fazê-lo se isto não foi algo considerado necessário desde sempre, como um processo contínuo de planejamento para o bem-estar ao longo da vida?”, observa a psicóloga e consultora Lucia França, PhD em psicologia e autora do livro *O Desafio da Aposentadoria*.



Marcelo Albert

Poder mergulhar nas leituras, escrever livros e poemas e continuar dando aulas foi a escolha do desembargador Célio César Paduani

Lucia dá palestras sobre a preparação para a aposentadoria em instituições como o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Nesses encontros, destaca a importância de as pessoas, ao se aposentarem, colocarem em prática seus sonhos, “buscando satisfazer seus interesses, buscando relacionamentos prazerosos e se cuidando no sentido mais amplo da palavra: física, mental, social, emocional, financeira e espiritualmente”, afirma.

Com mais tempo livre depois que se aposenta, o indivíduo tem a oportunidade de experimentar algo novo, como aprender um instrumento musical ou escrever um livro, ressalta a psicóloga. “O importante é que esses interesses sejam miniprojetos atrelados a um projeto maior vinculado à felicidade. O indivíduo deve ter em mente que o tempo disponível que lhe aguarda pode ser utilizado para o desenvolvimento pleno de seus interesses e potencialidades. Mas é preciso considerar os passos e as aprendizagens necessárias até mesmo para uma mudança de carreira, se esse for o desejo”, completa.

Nova carreira

Disposto a manter uma vida produtiva quando se aposentasse, Antônio Lisboa fez esta opção: mudar de carreira. Aos 61 anos, trocou a função de coordenador do pagamento de magistrados, depois de 20 anos atuando na Justiça – primeiro no Tribunal de Alçada, depois no TJMG –, para se tornar comerciante. “Aposentei-me e logo depois já estava trabalhando na minha lanchonete”, diz. Mas não foi muito longe: o comércio fica na própria rua Goiás, na capital mineira, a poucos passos do antigo trabalho.

Como dono do negócio, há dois anos Antônio Lisboa literalmente abre e fecha as portas da lanchonete, todos os dias. “Apesar de ser muito puxado, faço isso com grande satisfação. Para mim, era muito importante sentir-me produtivo. Nunca pensei em parar”,



O novo ciclo tem permitido ao escrivão aposentado Flávio Lott curtir mais os netos, o que inclui buscá-los na escola duas vezes por semana

diz. A questão financeira também foi algo que pesou na decisão dele. “Tornar-me comerciante foi uma oportunidade que apareceu e que me ajuda, hoje, a aumentar a renda”, avalia.

Medo de se aposentar

Embora muitos almejem o dia em que não precisarão mais trabalhar, outros têm medo de se aposentar. Esse era o sentimento de Flávio Lott, que

em dezembro do ano passado pôs fim a 48 anos de trabalho para o Judiciário mineiro. Nos últimos anos, ele atuava como escrivão. “Meu medo era cair no ostracismo”, conta. Foi preciso que ele se preparasse psicologicamente e aceitasse que era hora de um novo ciclo começar para dar lugar a novas experiências.

A mudança tem sido encarada de maneira positiva. “Estou surpreso por estar gostando deste momento da vida. Saio com minha esposa, fazemos viagens e agora posso curtir mais meus netos”, diz. Duas vezes por semana, ele incluiu em sua rotina um compromisso inadiável: buscar os meninos na escola. Além de ser uma maneira de estar mais presente na vida dos netos, é uma forma de ele ajudar os filhos, que estão em outra fase da vida.

A convivência com outras gerações é, aliás, algo importante a cultivar nesse período da vida. O desembargador Célio César Paduani aposentou-se, mas garante a convivência com os mais jovens e se mantém na ativa por meio do magistério, dando aulas de direito penal. No restante no tempo, dedica-se a duas paixões: a leitura e a escrita. “Tenho lido muito, em especial filosofia e poesia. Essas leituras promovem uma verdadeira catarse”, diz o magistrado, autor de vários livros.

Canalizar a energia antes dedicada ao trabalho para algo que motive o indivíduo parece ser a chave para a aposentadoria. Mas, para que essa fase da vida seja mais bem usufruída, o ideal é se preparar para a chegada dela. “Aos meus colegas que temem se aposentar, o que tenho a dizer é: há vida fora do Tribunal! Mas é preciso planejar a mudança”, aconselha o desembargador Braga. “Não sinto tédio. O que sinto é saudade de colegas, amigos e servidores. Mas sinto também que resgatei sonhos de infância e da adolescência, por tantos anos adiados”, conclui.



Há dois anos, Antônio Lisboa trocou a função de coordenador do pagamento dos magistrados pela de comerciante na capital



“O objetivo do projeto de segurança é otimizar a utilização de recursos tecnológicos e humanos para aumentar a segurança nos fóruns”

Juíza auxiliar da Presidência diz ser prioridade do presidente Herculano Rodrigues investir na segurança dos fóruns, e um projeto piloto nessa área já está sendo desenvolvido no Estado

Trabalho pautado pelo compromisso com o Judiciário

Letícia Lima

Bom humor. Essa foi a expressão escolhida pela juíza Flávia de Vasconcellos Lanari para explicar o que é imprescindível ter e manter em qualquer trabalho. Conhecimento e compromisso também são, para ela, ferramentas indispensáveis na construção de um ambiente saudável e produtivo. Lanari foi assessora de desembargadores, a partir de 1995, entre eles, do atual presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Herculano Rodrigues, na 2ª Câmara Criminal. Tomou posse como servidora concursada no cargo de técnico judiciário do Tribunal em 1996. Ingressou na magistratura em 2000, e sua história como juíza foi traçada nas comarcas de Timóteo, Pedra Azul, Jaboticatubas, Curvelo, Contagem e Belo Horizonte. Na capital, ela se titularizou no Juizado Especial Criminal. Nesta gestão, foi designada como juíza auxiliar da Presidência para coordenar, organizar, supervisionar e orientar as funções administrativas e as atividades relacionadas à Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep) e à Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep).

TJMG Informativo – Como a divisão por áreas contribui para a efetividade do serviço?

Flávia Lanari – A divisão do trabalho em auxílio ao presidente proporciona maior celeridade e dinâmica ao serviço administrativo, possibilitando, ainda, contato direto com os magistrados, particularmente do interior. São tantas demandas diferentes, que é muito difícil para um gestor acompanhar tudo.

Quais são os maiores desafios do Tribunal em relação à área de engenharia?

São 296 comarcas, 596 unidades prediais. Essas edificações têm de ser submetidas a adaptações e reformas constantes. Algumas estão no limite da capacidade de uso. Há necessidade de construção de novos fóruns, locação de arquivos. E isso é frequente. Todas as edificações naturalmente vão envelhecendo.

Existe algum trabalho mais específico sendo desenvolvido?

O projeto de segurança. O objetivo é otimizar a utilização de recursos tecnológicos e humanos para aumentar a segurança nos fóruns. Vamos desenvolver o projeto piloto apresentado pelo Centro de Segurança Institucional (Cesi) em, pelo menos, seis comarcas. Verificada a sua eficiência, o projeto será ampliado. Esse projeto envolve controle de acesso na entrada dos fóruns, câmeras, alarmes, sensores de presença, tudo monitorado por um policial militar

de uma sala em Belo Horizonte. Constatando-se alguma suspeita, ele acionará a Polícia Militar local. O edital deve ser publicado em meados de junho. É um projeto complexo, mas de extrema importância e prioridade para o presidente.

É possível quantificar as obras em andamento?

Em março de 2013, estavam em execução pelo menos 17 obras de maior vulto. Um dos apontamentos de reformas envolve diversas comarcas. Existem ainda as obras que estão em licitação e contratação.

O que mudou na rotina da senhora depois que assumiu essa função?

Perdi a rotina. Rotina é quando se tem horário certo para fazer cada atividade. Atualmente, eu faço um planejamento diário, mas constantemente aparecem demandas emergenciais que mudam completamente os afazeres previstos. Trabalho dois horários e em alguns finais de semana, porque estamos realizando encontros administrativos regionais, muito importantes para aproximar o Tribunal do interior. Mas, sabe, sempre sorrindo; a pior coisa que tem é gente mal-humorada.

O trabalho é gratificante?

Extremamente gratificante. O que eu amadureci trabalhando nessa função é impressionante. Passei a ter outra visão do Tribunal de Justiça. É uma experiência enriquecedora.

Tornozeleira coloca agressores sob os olhos da Justiça

Manuela Ribeiro

No encaço de uma sociedade em que as mulheres deixem de ser vistas como objetos cuja posse compete a pais, maridos e irmãos, uma ferramenta pode se tornar uma pedra no sapato de agressores: a tornozeleira eletrônica. A utilização desse aliado tecnológico contra a violência de gênero é inédita no país e pode ter efeitos inclusive no combate à superlotação carcerária, pois permite que indivíduos estejam sob vigilância sem a necessidade de encarceramento.

Desde março deste ano, as varas criminais de Belo Horizonte especializadas em violência familiar e doméstica contra a mulher recorrem ao equipamento nos casos em que são aplicadas medidas protetivas. O juiz estipula o prazo e as condições em que o mecanismo deve ser usado. A tornozeleira visa não só a controlar e monitorar os agressores, mas também a alertar as vítimas, que recebem um sinal sonoro em um aparelho portátil toda vez que eles se aproximam e, assim, podem evitar encontros indesejados.

Segundo o juiz da 14ª Vara Criminal de Belo Horizonte, Nilseu Buarque de Lima, as tornozeleiras representam um significativo avanço para o Poder Judiciário. "A Justiça, adaptando-se aos novos tempos, reforça a Lei Maria da Penha, o que permitirá eficácia na prevenção de crimes, na educação dos agressores e na proteção das vítimas", afirma.

Contudo, o magistrado esclarece que a tornozeleira não é suficiente para resolver a situação. "É fundamental que a vítima, a principal interessada na defesa de seus direitos, coopere, comunicando ao juiz e à equipe técnica das varas especializadas qualquer desobediência às medidas protetivas", argumenta. Disso também depende a redu-

ção da reincidência e a mudança de uma prática habitual para muitos. O juiz considera que o caráter possessivo de alguns homens deve ser moldado para que eles deixem de ver as mulheres como uma propriedade.

Parceria

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, em 7 de março, foi formalizado um convênio entre o TJMG, por meio do Programa Novos Rumos; o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds); o Ministério Público; a Defensoria Pública; a Corregedoria-Geral de Justiça; as Polícias Militar e Civil, entre outras entidades.

Segundo o subsecretário de administração prisional, Murilo Andrade de Oliveira, "a ferramenta tem muitas vantagens: a pessoa não fica presa, o Judiciário tem condições de acompanhá-la e fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas determinadas, e a sociedade e as vítimas da agressão têm a tranquilidade de saber que os agressores estão sendo constantemente monitorados".

Modernidade a serviço da Justiça

O equipamento, que utiliza a tecnologia GPS (Sistema de Posicionamento Global), foi desenvolvido pelo pesquisador norte-americano Robert Schweitzgebel na década de 1960, mas só se tornou realidade vinte anos depois.

Em Minas Gerais, as tornozeleiras são usadas desde dezembro de 2012 para presos do regime aberto ou domiciliar. Atualmente, 69 pessoas são monitoradas com o equipamento na capital do Estado.

A utilização da tornozeleira contra a violência de gênero é inédita no país e pode contribuir para reduzir a superlotação carcerária



Marcelo Albert

Além de controlar e monitorar os agressores, a tornozeleira serve para alertar as vítimas

Ouro Preto recebe corregedores de todo o Brasil para o 62º Encoge

Raul Machado

Ouro Preto, Patrimônio Cultural da Humanidade declarado pela Unesco, recebe nos dias 11 e 12 de abril magistrados de todo o Brasil para mais uma edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça de todo o Brasil (Encoge). O corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Audebert Delage, é o atual presidente do colegiado, que atualmente tem sua sede administrativa em Belo Horizonte.

A abertura solene dos trabalhos será realizada na Casa da Ópera – Teatro Municipal de Ouro Preto – no dia 11 de abril. No dia seguinte, o corregedor Audebert Delage conduz a assembleia geral, no auditório do Centro Cultural e Turístico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Na oportunidade, o corregedor proferirá a palestra “A história do Colégio de Corregedores”, que vai abordar a atuação das casas correccionais.

No Encontro, que chega na 62ª edição, os congressistas debaterão temas relacionados ao estatuto do colegiado, à ética, ao direito imobiliário e ao relacionamento das entidades de classe dos magistrados com as corregedorias. As comissões permanentes de “Aperfeiçoamento dos Serviços Extrajudiciais” e “Saúde do Magistrado” também se reúnem, em programação paralela.

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, faz palestra magna de encerramento.



Renata Caldeira

■ O artista plástico Leo Piló (direita) mostra para o corregedor Audebert Delage e para a sua equipe algumas peças desenvolvidas especialmente para o 62º Encoge, que será realizado em Ouro Preto

Encoge amplia o olhar para as possibilidades sustentáveis

Leilane Stauffer

Pedaços de jornais e revistas se transformam em marcadores de livro, tampinhas de garrafas de vidro são usadas para fechar envelopes reciclados, banners se convertem em *ecobags*, pastas de mão e porta-crachás. Estes são exemplos de materiais que teriam o lixo como destino, mas que, após serem usados, recebem outras funções, por meio de ações sustentáveis. Esses objetos foram criados para o 62º Encoge – Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça. Com eles, a Corregedoria Geral de Justiça Minas Gerais (CJG) mostra que critérios e valores foram utilizados para organizar o evento.

“Esse é o momento de mostrar aos outros 26 integrantes dos demais estados a nossa preocupação e o alcance social dessa iniciativa”, revela o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais e presidente da Comissão Executiva do Colégio de Corregedores, desembargador Audebert Delage. Todos os objetos criados para serem distribuídos no evento foram desenvolvidos por materiais recicláveis. Eles foram feitos em parceria com profissionais da Associação dos Catadores de Papeis, Papelão e Materiais (Asmare) e com o artista plástico Leo Piló, que articulou e coordenou a proposta. “Esses materiais reutilizados trazem um aspecto de reconstrução e de valorização das pessoas, por capacitar e gerar renda para cidadãos que, até então, não estão totalmente inseridos

na cadeia produtiva”, destaca Leo Piló. Para o artista, tais iniciativas também funcionam como mensagem do poder público à comunidade de agir de maneira consciente. “As instituições são as cabeças diárias, as locomotivas da nossa sociedade. Elas devem estimular ações como essas.”

A coordenadora da Secretaria de Apoio Administrativo do Colégio de Corregedores, Rosana Mont’Alverne, ressalta a coerência do projeto com o Programa Sustentabilidade Legal do TJMG. “A proposta casou com a política pública do Tribunal. O desembargador Audebert Delage coordena esse programa que, além de seguir as diretrizes CNJ, propõe estratégias sustentáveis no trabalho”, pontua.

O orçamento financeiro refletiu como aspecto positivo. Os valores da confecção dos objetos correspondem a 10% do custo de outros que tradicionalmente são distribuídos nos eventos, como pastas de couro, blocos e canetas. Mais de 100 kits foram produzidos e 80 metros de banners cedidos pelo TJMG foram utilizados, para a criação das pastas e *ecobags*. “Há uma ideia de sobrevida para esses objetos. Eles foram criados também para entrar no cotidiano das pessoas”, defende Leo Piló. O desembargador Audebert Delage completa o sentido da iniciativa: “teremos a sensação de que cumprimos nossa parte como integrantes da responsabilidade social e de preservação do meio ambiente”.

Preparativos

A ideia de oferecer objetos reciclados foi inspirada na última edição do Congresso Brasileiro de Magistrados, no Pará, que distribuiu canetas e itens

“Esse é o momento de mostrar aos outros 26 integrantes dos demais estados a nossa preocupação e o alcance social dessa iniciativa”

plástico Leo Piló, que articulou e coordenou a proposta. “Esses materiais reutilizados trazem um aspecto de reconstrução e de valorização das pessoas, por capacitar e gerar renda para cidadãos que, até então, não estão totalmente inseridos